

Do Livre-Arbítrio

Gordon Haddon Clark

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
Revisão: Rogério Portella

Seção I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza.¹

Ref. Tg 1:14; Dt 30:19; Jo 5:40; Mt 17:12; At 7:51; Tg 4:7.

Quando uma discussão se torna acalorada, há duas explicações possíveis: Primeira, ela pode indicar que o assunto é de grande importância. Neste livro sobre a *Confissão de fé Westminster*, cada capítulo até aqui foi muito importante; e o livre-arbítrio é também um assunto importante; embora não o seja tanto quanto o capítulo anterior sobre Cristo, o Mediador. Segunda, a discussão acalorada indica que os debates não foram concluídos. Quando as pessoas envolvidas negligenciam distinções essenciais e continuam a discussão além de suas possibilidades, pode-se prosseguir sem chegar a bom termo e sem conclusão. Esse é, não raro, o caso dos debates sobre o livre-arbítrio. Por esse motivo, seria sábio consultar o que exatamente a *Confissão* diz.

Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza. Mas o que a *Confissão* quer dizer com o termo “liberdade natural”? Os presbiterianos afirmam o mesmo que os romanistas ou o arminianos, ao dizer que o homem é livre? Há vários conceitos de liberdade?

Sim, existem diversos conceitos de liberdade, e alguns deles têm pouco que ver com o tópico presente. Por exemplo, dizemos hoje que os cidadãos americanos são homens livres, e que as vítimas de governos comunistas não o são. A liberdade, nesse caso, tem sentido político e econômico, mas isso não nos interessa aqui. Reinhold Niebuhr em *Faith and History* [*Fé e história*] escreve várias páginas sobre a liberdade, porém nenhuma delas toca no assunto da livre-agência.

Relacionada intimamente com o livre-arbítrio está a questão de a vontade humana ser livre ou não do intelecto. Teólogos dos tempos passados discutiram esse assunto extensivamente. Todavia, a *Confissão* não infere que a vontade seja livre do intelecto. Calvino, por exemplo, afirmou que “o intelecto governa a vontade”. Charles Hodge disse: “a vontade [do homem] está sujeita à razão”. Robert J. Breckenridge ensinou que nossa concepção primária da vontade inclui sua direção pela inteligência. A teologia por trás de tudo isso pode parecer um pouco intrincada, mas a questão foi mencionada apenas para provar que os

¹ Todas as referências da *CFW* foram retiradas da 17ª. edição, publicada em 2001 pela Editora Cultura Cristã.

presbiterianos não concebem a liberdade do intelecto quando afirmam o conceito de liberdade.

O que então a *Confissão* quer dizer por “liberdade natural da vontade”? O restante da seção citada responde esta pergunta tão bem quanto duas linhas poderiam fazê-lo. A vontade do homem “nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza”. Essas palavras foram escritas para repudiar as filosofias que explicam a conduta humana em termos da lei psicoquímica. Embora os teólogos de Westminster não conhecessem o behaviorismo do século XX nem Espinosa, eles provavelmente conheciam Thomas Hobbes, e certamente conheciam as antigas teorias materialistas. A *Confissão* nega que a conduta do homem seja determinada por forças inanimadas. O homem não é uma máquina; seus movimentos não podem ser descritos por equações matemáticas como as movimentações dos planetas. Suas esperanças, seus planos e atividades não são controlados por condições físicas. Ele não é determinado por nenhuma necessidade absoluta da natureza.

A liberdade da vontade sempre foi uma questão de interesse e discussão vigorosa. No século seguinte à composição da *Confissão*, dr. Whitby, um arminiano de grande erudição, atacou a posição calvinista, argumentando a favor de um tipo diferente de livre-arbítrio. Registrou-se que o dr. Whitby parecia tão convincente que os calvinistas foram acusados de não poderem responder-lhe. Nesse contexto, John Gill, pastor batista, mencionado anteriormente, escreveu *The Cause of God and Truth* [*A causa de Deus e da verdade*]. No capítulo V da parte III de seu livro ele apresenta uma argumentação extensa sobre o assunto. Embora John Gill, em sua resposta a Whitby, tenha examinado o determinismo materialista de Thomas Hobbes, e também o chamado fatalismo dos antigos estóicos, a questão mais importante, do ponto de vista da salvação, é o uso da alegada liberdade da vontade contra o pecado. Os arminianos, sem dúvida, concordam com os calvinistas na rejeição do materialismo, mecanicismo, naturalismo e behaviorismo. A diferença entre os dois tipos de teologia diz respeito à liberdade para não pecar, obedecer à lei de Deus, e agir contrariamente aos decretos divinos. O homem pode desejar obedecer aos Dez Mandamentos? Essas e outras questões relacionadas serão tratadas nas seções seguintes.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse cair dessa liberdade e poder.

Ref. Ec 7:29; Cl 3:10; Gn 1:26; 2:16, 17 e 3:6.

III. O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Ref. Rm 5:6; 8:7, 8; Jo 15:5; Rm 3:9, 10, 12, 23; Ef 2:1, 5; Cl 2:13; Jo 6:44, 65; 1Co 2:14; Tt 3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Ref. Cl 1:13; Jo 8:34, 36; Fp 2:13; Rm 6:18, 22; Gl 5:17; Rm 7:15, 21-23; 1Jo 1:8, 10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Ref. Ef 4:13; Jd 24; 1Jo 3:2

Pode parecer que há um hiato entre as seções I e II deste capítulo, pois nada é dito a favor ou contra a liberdade do homem e sua capacidade de agir contra os decretos de Deus. Essa lacuna aparece porque o capítulo “Dos Decretos Eternos de Deus” já respondeu definitivamente a essa questão. Não era necessário repeti-lo na Confissão. Aqui, contudo, permita-me lembrar que o fato de o homem ser livre da lei psicoquímica não implica sua liberdade do decreto de Deus. Os dois tipos de liberdade são logicamente distintos.

Além do mais, ninguém pode acusar a *Confissão* de ir além da Bíblia ou impor-lhe o que inexistente. A Bíblia é tão definida quanto a *Confissão*, mediante exemplos muito mais específicos; e nesses exemplos é nítido o controle de Deus sobre a vontade humana.

O primeiro exemplo, interessante, ainda que obscuro, é encontrado em Êxodo 34:24: “Porque lançarei fora as nações de diante de ti e alargarei o teu território; ninguém cobiçará a tua terra quando subires para comparecer na presença do SENHOR, teu Deus, três vezes no ano”. Deus ordenou que os homens de Israel comparecessem diante dele três vezes ao ano. Essa ocasião daria aos inimigos de Israel uma excelente oportunidade para atacar. Portanto, para responder à objeção não verbalizada, o Senhor imediatamente assegurou aos israelitas que os inimigos não teriam o desejo de atacá-los durante esses períodos. Como isso poderia acontecer, a menos que o Senhor controlasse a vontade dos pagãos?

No capítulo III, a passagem de 2Samuel 17:14, referente a Deus trazer o mal sobre Absalão por meio do conselho infeliz de Husai, foi usada para mostrar que Deus preordena todos os acontecimentos. Aqui, novamente, enfatizamos que ele predestina não só os acontecimentos externos e visíveis, mas também as decisões e escolhas humanas. Absalão fez sua escolha porque Deus o fez escolher esse caminho.

De modo similar, em 2Crônicas 10:15,² Deus fez Roboão adotar um conselho mau para cumprir sua promessa a Jeroboão.

Mais conhecido que esses casos são as palavras de Paulo em Filipenses 2:12, 13: “Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade”. Certamente nós desenvolvemos nossa salvação e desejamos fazê-lo. Mas todas essas escolhas foram determinadas por Deus que opera em nós de acordo com sua boa vontade.

Como poderia ser diferente? A menos que Deus “governe todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas”, como a *Confissão* V.I diz, ou “todas as suas criaturas e todas as ações delas”, como diz o [*Breve*] *Catecismo*, [resposta nº.] 11, ele não seria onipotente e não poderia garantir o cumprimento das profecias. O homem, de fato, possui liberdade, oposta à natureza, que não é

² “O rei, pois, não deu ouvidos ao povo, porque isto vinha de Deus, para que o SENHOR confirmasse a palavra que tinha dito por intermédio de Aías, o silonita, a Jeroboão, filho de Nebate”.

reconhecida pela filosofia materialista; mas os cristãos nunca deveriam apoiar essa liberdade em detrimento da onipotência e da graça de Deus.

Tendo isso bem definido, podemos voltar à relação entre a liberdade e o pecado. A seção II declara que antes da queda, Adão era dotado da liberdade e da capacidade de agradar a Deus. Essa declaração não causa por si só nenhuma dificuldade. O ponto de discordância entre romanistas, arminianos e calvinistas é a profundidade do pecado e a extensão de seus resultados. Os primeiros dois grupos não levam o pecado tão a sério quanto os calvinistas. Na seção III as diferenças são desenvolvidas particularmente com referência ao romanismo; e neste século [XX] seu contraste com o modernismo é ainda mais perceptível.

O ponto da seção II é a perda da capacidade adâmica de desejar o bem — perdida na Queda. Daquele tempo em diante o homem tornou-se incapaz de desejar “qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação”. Na verdade, um homem pode querer ser honesto, sustentar sua família, desempenhar suas muitas obrigações como cidadão, mas essas não são coisas espiritualmente boas e não têm relação nenhuma com a salvação. Além disso, o homem não pode desejar ser salvo. Ele não pode se converter nem se preparar para a conversão. A simples razão é a morte no pecado.

A seção IV descreve uma nova capacidade recebida pelo homem na conversão. Antes, porém, uma palavra deveria ser dita sobre a conversão, ou mais precisamente, sobre a regeneração. Deve-se enfatizar ininterruptamente que a regeneração não é um ato do livre-arbítrio. Qualquer tentativa de explicar o novo nascimento como ato da vontade, faria do homem o próprio salvador. Por que o Novo Testamento usaria a metáfora do nascimento, se não para excluir todo o poder de ação do nascituro? Nem precisamos descansar na inferência traçada a partir da metáfora. Em linguagem inequívoca, João 1:13 declara que os filhos de Deus não nasceram do sangue (isto é, não por herança física), nem da vontade da carne, nem da vontade do homem. Seja qual for a distinção entre a vontade da carne (impulso físico?) e a vontade do homem (desejo de se tornar filho de Deus?), a expressão é tão ampla que exclui qualquer ação da vontade humana na regeneração. Trata-se de um ato divino.

No entanto, quando Deus regenera, ressuscita e converte o pecador, ele o livra da escravidão natural do pecado. Embora essa liberdade no início não esteja completa — santificação instantânea —, todavia, Deus capacita o cristão regenerado para desejar e fazer algum bem espiritual. O domínio do pecado foi quebrado, o processo de limpeza teve início, e o convertido invariavelmente crescerá na graça.

A santificação completa, a erradicação total do pecado, espera pela glorificação. No céu nos regozijaremos por não termos livre-arbítrio — no sentido arminiano do poder da escolha contrária. No céu haverá um tipo de coisa que com certeza não desejaremos fazer: pecar.

Visto que por toda a história da igreja o debate sobre o livre-arbítrio é tão vívido e exaltado, parece sábio concluir este capítulo com uns poucos parágrafos explicativos sobre alguns mal-entendidos que prejudicam o debate.

São três as principais fontes de confusão nas discussões sobre o livre-arbítrio. Primeira, permite-se o debate sem a definição dos termos-chave; segunda, presume-me a validade de algumas implicações que são, na verdade, falaciosas; e terceira, existe (especialmente nesta discussão teológica) a tentação de

negligenciar as declarações bíblicas e de depender da filosofia não-inspirada, do senso comum e de suposições apressadas.

Quanto ao primeiro mal-entendido, sobre a definição dos termos: a definição arminiana³ de livre-arbítrio está associada ao senso comum. A idéia é que em qualquer situação — com todos os fatores e condições levados em conta —, o homem pode, com a mesma facilidade, optar por “isto” ou por “aquilo”. Supõe-se que o ato da vontade não influencie a escolha, isto é, a vontade não é determinada. Esta idéia recebe o nome “poder da escolha contrária”, e também “liberdade de indiferença”. Esta definição arminiana tem o mérito de pelo menos ser direta. A questão é se os homens podem, ou não, querer, desejar ou escolher “isto” tão facilmente quanto “aquilo”.

Pensando sobre o enunciado acima, quase todas as pessoas chegarão à conclusão de que essa descrição superestima a liberdade humana. A civilização em que nascemos (chinesa, africana ou americana) torna o desejo de realizar algumas coisas, e não o oposto, se não impossível, pelo menos extremamente difícil. Na sociedade americana, o treinamento cristão recebido na juventude pela pessoa tornará menos fácil para ela escolher roubar em vez de ser honesta. Infeliz, e às vezes, felizmente, a educação e criação exercem um poder causativo na vontade. Estranho seria se nosso caráter habitual e todos os fatores da vida não tivessem efeito sobre nossas escolhas. Mais estranho ainda seria se a graça divina e o poder do pecado não tivessem nenhum efeito sobre nós. Se Deus não pudesse controlar a vontade humana e nos dispusesse a obedecer-lhe, estaríamos em apuros, e Deus não seria soberano. Mostrou-se anteriormente que o poder do pecado aprisiona a vontade, de forma que o homem não-regenerado não busca a Deus (Romanos 3:11), nem se sujeita às leis dele (Romanos 8:7). Parece claro, portanto, que o homem não possui livre-arbítrio no sentido de poder fazer a escolha contrária.

A segunda causa de confusão é a aceitação da validade de implicações falaciosas. Algumas pessoas pulam para a conclusão de que se a vontade não for livre, o homem não possui vontade. Para elas “sem livre-arbítrio” significa “sem vontade e escolha”. Contudo, essas implicações descasam numa lógica impossível. A questão não é se o homem tem vontade, mas se a vontade humana e as escolhas que ele faz resultam de condições anteriores, como a educação na infância, o poder do pecado e a graça de Deus. Sem dúvida desejamos e escolhemos, mas é Deus quem atua em nós de acordo com sua boa vontade.

Outra falácia comumente sustentada é: a menos que a vontade seja livre, o homem não é responsável pelo que faz. Este erro, como o precedente, contém uma lógica absurda; mas ele também depende da ignorância bíblica. A Escritura indica em várias passagens a base para a responsabilidade: não é o livre-arbítrio. Considere três textos.

Em João 15:22 lê-se: “Se eu não viera, nem lhes houvera falado, pecado não teriam; mas, agora, não têm desculpa do seu pecado”. Lucas 12:47, 48 diz: “Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação levará poucos açoites. Mas àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e

³ O movimento protestante, surgido na Reforma, dividiu-se em três grupos principais: luterano, reformado (que inclui as igrejas presbiterianas) e arminiano (identificado principalmente com as igrejas metodistas).

àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão”. Nas duas passagens, o conhecimento é a base da responsabilidade. A terceira passagem é Daniel 5:22, onde lemos: “Tu, Belsazar, que és seu filho, não humilhaste o teu coração, ainda que sabias tudo isto”. Há outras passagens, incluindo o primeiro capítulo de Romanos, mas estas são suficientes por ora.

O parágrafo anterior sobrepõe e antecipa a terceira fonte de mal-entendidos na discussão sobre a vontade. A fonte é a dependência do senso comum em vez da pesquisa das Escrituras. A Bíblia, na verdade, nunca menciona o livre-arbítrio, como certamente teria feito se o livre-arbítrio fosse tão importante quanto julgam os arminianos. A única referência ao livre-arbítrio na Bíblia são as ofertas “voluntárias”.⁴ Elas não têm relação com a questão considerada aqui. Ofertas voluntárias complementam as estipuladas pela lei. Após alguém ter feito todas as ofertas prescritas pela lei, essa pessoa poderia, em sinal de gratidão, oferecer algo mais. Mas isto não tem nenhuma implicação na questão da liberdade de indiferença, o “poder da escolha contrária”, o poder causativo do intelecto sobre a vontade, a influência da civilização, ou algo mais pertencente à discussão.

Está além de qualquer suspeita que a *Confissão* registra corretamente o conceito dos protestantes reformados. No capítulo “Da Providência” foi feita uma citação de Jerônimo Zânquio. A passagem continua da seguinte forma:

Ninguém que alega conhecer em algum grau as obras de Lutero pode negar que esta era sua doutrina, particularmente no tocante ao tratado *De Servo Arbitrio* [Livre-arbítrio, um escravo] [...] Entre outras coisas, ele prova: “tudo quanto o homem faz, ele o faz necessariamente, embora não com alguma compulsão sensível. Podemos realizar somente o que Deus, desde a eternidade, desejou e previu que faríamos; a vontade de Deus tem que ser eficaz e sua previsão exata” [...], adicionando: “Por meio dela, como que por um raio, o livre-arbítrio do homem é destronado e destruído”.

Por fim, repetindo o que é patente: a Bíblia ensina que o homem possui vontade, faz escolhas e é responsável por elas; nada escrito aqui contradiz esse fato.

Fonte: *What Do Presbyterians Believe?*, Presbyterian and Reformed Publishing Co., p. 105-12.

Sobre o autor: Gordon Haddon Clark (31/8/1902 – 9/4/1985), filósofo e teólogo calvinista americano, foi o primeiro defensor do conceito apologético pressuposicional e presidente do Departamento de Filosofia da Universidade de Butler durante 28 anos. Especialista em Filosofia Pré-socrática e Antiga, tornou-se conhecido pelo rigor na defesa do realismo platônico contra todas as formas de empirismo e pela afirmação de que toda a verdade é proposicional e pela aplicação das leis da lógica.

Para saber mais sobre esse gigante da fé cristã, acesse a seção biografias do site *Monergismo*.

⁴ *Free-will offerings* (inglês). *Free-will* significa livre-arbítrio. Portanto, no caso das versões em português, de fato não existe nenhuma ocorrência da palavra livre-arbítrio. (N. do T.)